

A Convenção de Itu na História Política Brasileira

PAULO ZINGG

O transcurso, a 18 de abril de 1873, do centenário da realização da Convenção de Itu obriga fatalmente a um estudo do magno acontecimento, de suas origens e de sua projeção histórica. Como e por que se realizou essa convenção? Qual o seu significado na evolução política nacional e qual o seu conteúdo? Quais as suas causas e quais foram as suas conseqüências? É o que vamos tentar estudar, analisar e responder.

A aspiração republicana nasce no Brasil com a formação de nossa consciência política. No velho Recife ou nas cidades barrocas de Minas Gerais, quando a vida intelectual começa a existir, quando os homens começam a perceber o que se passa em torno deles, quando os livros chegam clandestinamente, quando se afirma o pensamento brasileiro e quando se forma a mentalidade política, a filosofia da Enciclopédia, os livros de Rousseau, de Raynal ou de Voltaire ou as notícias da insurreição vitoriosa das colônias norte-americanas levam à formulação da plataforma nacionalista, democrática e republicana. É o sonho da República que empolga Tiradentes e os Inconfidentes, reunidos nos sobrados de Vila Rica ou de São João Del Rey, conspirando antes da ocorrência da própria Revolução Francesa. É ainda o sonho da República que move os baianos da Inconfidência de 1798, também chamada de Revolta dos Alfaiates, com

sua bandeira tricolor em homenagem à França revolucionária. É também republicana a Revolução Pernambucana de 1817, quase às vésperas da Independência, afogada num mar de sangue e de violência.

Tendo sido nitidamente republicanos os movimentos de 1789, 1798 e 1817, republicana a nossa primeira corrente política, o movimento da Independência só não levou o país à guerra civil e ao desmembramento porque o gênio político de José Bonifácio comandou uma composição entre as duas correntes nacionais — os republicanos radicais, abolicionistas e democratas, e os conservadores, herdeiros do estabelecimento colonial e porta-vozes do comércio dos portos e da grande propriedade territorial, baseada esta na grande massa de escravos, então maioria esmagadora da população brasileira. A conciliação para a Independência, sem sangue e sem quebra da unidade, não durou muito e foi praticamente rompida com a dissolução da nossa primeira Constituinte e com a instauração do poder autocrático de Pedro I, baseado numa carta outorgada.

Em 1824, a nova revolta pernambucana com a proclamação da Confederação do Equador reabre a luta política e reafirma a tendência favorável ao regime republicano. Nesse mesmo ano, narra Francisco Nardy Filho, o célebre capitão-mor de Itu, Vicente Taques Góes e Aranha, denunciava ao imperador a existência naquela cidade de um núcleo republicano, a que pertenciam o padre Diogo Feijó e Paula Souza. E quando D. Pedro I é deposto a 7 de abril de 1831, os ventos republicanos sopram com violência, sendo necessária a ação enérgica dos liberais moderados para evitar, quer o golpe dos restauradores, quer uma República prematura. E durante a Regência, que foi uma espécie de República disfarçada, com o Regente eleito diretamente, Feijó costumava afirmar que o seu governo combatia as tendências radicais, os restauradores caramurus, de um lado, e de outro, os anarquistas republicanos. No terrível choque entre as tendências descentralizadoras e a manutenção da ordem e da unidade, a Regência lutou em duas frentes, enfraquecendo sua ação refor-

mista e finalmente perdendo a batalha com a queda de Feijó e o advento de Araújo Lima, meio caminho andado para o surto autocrático que, a partir de 1842, caracteriza o Segundo Império, com o restabelecimento do Conselho de Estado e do beija-mão e com o predomínio conservador, mais tarde prolongado pela política de conciliação — a “paz podre” de que falava Sales Torres Homem.

Entretanto, no período da Regência, o país havia formado seus dois partidos: o Conservador, nascido da fusão dos antigos caramurus com os liberais regressistas de Bernardo Pereira de Vasconcelos, e o Liberal, que, embora desfalcado, retomou as bandeiras de luta, o espírito democrático e a tradição da primeira corrente política nacional, contestando a herança do tradicionalismo. Isso nos altos ambientes do país porque nas bases municipais liberais e conservadoras eram muito parecidos e queriam apenas o poder local, o que permitiu depois a Pedro II fazer a política da gangorra, governando com uns e outros, fazendo uns e outros ganharem as eleições porque era sempre o poder o grande vencedor dos pleitos. E as duas correntes, apesar de tudo, tinham que prosseguir na disputa do governo e da orientação do país... De baixo para cima, a conciliação não era possível, porque bases municipais e tendências ideológicas urbanas não admitiam tréguas.

Em termos paulistas, a Revolução Liberal de 1842 é a causa que leva à Convenção de Itu em 1873. Deposto o Ministério da Maioridade, alijados os liberais do poder pela ação do novo gabinete, restabelecido o Conselho de Estado, reformado o Código de Processo e determinada a substituição das autoridades locais, chovem os protestos e ferve a revolta com a dissolução da Câmara em maio de 1842. Os liberais mineiros, comandados por Teófilo Ottoni e Feliciano Pinto Coelho e os paulistas revoltados com a demissão do presidente da Província, resolvem apelar para as armas. Forma-se em Sorocaba um governo revolucionário com Rafael Tobias de Aguiar aclamado presidente da Província. Feijó traz o seu apoio, o seu prestígio e a sua tipografia para sustentar

a causa. Sublevam-se as vilas paulistas — o vale do Paraíba e a região em torno de Itu, mas a capital fica na mão do governo e também o porto de Santos. Caxias desembarca, sobe a serra, reforça o controle de São Paulo e marcha ao encontro dos rebeldes, rapidamente dominados e esmagados. Feijó é preso e Tobias foge para o sul, ao encontro dos farroupilhas, que já haviam proclamado duas repúblicas: a de Piratini, no Rio Grande do Sul e a Juliana, em Santa Catarina. Mas, a repressão política não pode mais ser suportada pelos velhos quadros do Partido Liberal que, ou se adaptam ou estão condenados ao ostracismo à medida que se reforça o poder pessoal do Imperador. Fecha-se o ciclo das revoltas da Regência e do início do Segundo Império, abertamente liberais e no fundo republicanas...

O país começava a se transformar. O café, tornando-se o principal artigo de exportação, desloca o poder político-econômico para o centro-sul. A ferrovia faz sua aparição encurtando distâncias. O telégrafo atualiza o Brasil. A instrução ganha terreno. Já se prenuncia, com o fim do tráfico e com a imigração européia, o fim da escravidão. E o desafio da guerra do Paraguai, importante para a época, completa um processo de unificação. Dentro desse processo de transformação, estavam esgotadas as lideranças nacionais vindas ainda dos tempos da Independência e da Regência, principalmente as sofridas e castigadas chefias liberais. Soara a hora da mudança. Radicais anunciavam que a opção estava entre a Reforma e a Revolução. E finalmente, em 1868, depondo Zacarias, o próprio Imperador quebrava as regras do jogo parlamentar. Era um "golpe branco". Era um estímulo para que as forças renovadoras procurassem novos caminhos. E assim o fizeram.

Fazia-se sentir no país o impacto dos acontecimentos externos: a vitória de Lincoln na guerra civil norte-americana e o fim da escravidão; a queda do Império Mexicano com o fuzilamento de Maximiliano, primo de nosso Imperador; a proclamação da Terceira República francesa e logo depois o advento da República Espanhola. O jovem liberalismo — o dos

clubes radicais — está entusiasmado e disposto a cruzar o Rubicon. Se Paris proclamou a República a 4 de setembro, a 3 de dezembro de 1870, três meses depois, no Rio é lançado o Manifesto Republicano, elaborado por Saldanha Marinho, Quintino Bocaiuva e Salvador de Mendonça, membros do Clube Republicano fundado no mês anterior. E era lançado o jornal "A República", de vida efêmera. O clube radical de São Paulo transforma-se em Clube Republicano e Américo de Campos envia sua adesão ao Rio de Janeiro. Nos meses seguintes, Jundiaí, Piracicaba, Amparo, Capivari e outras cidades, formam núcleos republicanos. Em setembro de 1871, em Itu, o clube é constituído com oitenta adesões, e em 1872, o jornal "O Paulista" de Taubaté, inicia a campanha em prol da República. Em janeiro de 1872, na capital, os republicanos reúnem-se na residência de Américo Brasiliense de Almeida e Melo e formam comissão de propaganda, integrada pelo primeiro e por Campos Sales e Américo de Campos. Esta comissão decide arregimentar os partidários da República e convida um congresso provincial, nos seguintes termos:

- a) Que, de acordo com as idéias democráticas e regime federativo, conservaria o partido republicano, da província de São Paulo, sua independência e autonomia ante o centro estabelecido na corte, assim como igual independência, imagem viva da autonomia municipal, guardariam entre si os núcleos locais da província, prestando-se apenas mutuamente os conselhos, avisos, consultas e comum auxílio no interesse geral.
- b) Que fosse, como de fato foi, nomeada uma comissão dentre os presentes para se dirigir aos núcleos republicanos da província, convidando-os a que organizassem o partido, afim de que se ache pronto, sendo necessário, a entrar em luta; e mais que promovesse, por todos os meios ao seu alcance, larga e eficaz proteção à imprensa, principalmente aos jornais que sustentam aquela idéia, na corte e nesta província.

- c) Que, dada a necessidade de combinação de acordo comum entre os diversos clubes e núcleos republicanos na província, se fará a comunicação, enquanto for esse meio possível, por escritos circulares, ou, quando for mister, por meio de um congresso de representantes das referidas agremiações locais, podendo dar-se a reunião na capital ou em qualquer outro ponto da província". Prevalece a escolha de Itu para sediá-la por ter o clube mais numeroso e para aproveitar em abril de 1873 a inauguração da ferrovia ituana, ligando a cidade a Jundiaí. Sem falar no natural espírito de contestação à Fidelíssima Cidade Imperial e à chamada Roma brasileira, e na natural revanche dos herdeiros políticos de Feijó e de Tobias, já então todos ostensivamente republicanos. E assim foi convocada, realizada e ganhou dimensão histórica a Convenção de Itu, marco decisivo na luta pela República.

No dia 18 de abril, 134 representantes dos clubes republicanos de São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas, Jundiaí, Amparo, Itatiba, Bragança, Mogi-Mirim, Piracicaba, Sorocaba, Botucatu, Jaú, Tietê, Porto Feliz, Capivari, Monte-Mor, Indaiatuba e Itapetininga, reunidos na casa senhorial de Carlos Vasconcelos de Almeida Prado, hoje Museu Republicano, sob a presidência de João Tibiriçá Piratininga e tendo Américo Brasiliense como secretário, deliberaram em Convenção — a Convenção de Itu — sobre as ações que deviam ser realizadas para que a República fosse vitoriosa. Os debates foram animados, em alto nível de doutrina e de estratégia política. No dia seguinte, o presidente João Tibiriçá Piratininga e o secretário do clube ituano, João Tobias de Aguiar e Castro, filho de Rafael Tobias, expediam a circular-manifesto de organização do Partido Republicano. E a Convenção terminou entre festas e foi mais tarde assim definida por Washington Luiz: "A Convenção de Itu não se filiou a gestos de moços levianos nem a desejos de velhos despeitados; nasceu solenemente da convicção forte, em que estavam homens de todas as idades

e de todas as classes, de que o Brasil só encontraria a sua forma definitiva de governo numa República democrática e federativa. A Convenção realça esplendidamente as características do gênio paulista, a iniciativa tenaz, o tranqüillo espírito das realizações, a lealdade inquebrantável”.

“Foi ao claro sol brasileiro, em plena luz meridiana, diante do povo, com o conhecimento amplo das autoridades que se fez a Convenção de Itu.”

E também por Carlos de Campos, presidente do Estado, filho do convencional Bernardino de Campos:

“O máximo objetivo da Convenção de Itu, consubstanciada no luminoso manifesto de 1870, teve para sua consecução, desde logo tentada, numa operosidade tenaz e robusta, os mais devotados e eficientes fatores. Foram eles não só os membros do egrégio conclave, representando todas as classes componentes da população provincial de então profissões liberais, agricultura, comércio, indústrias — de considerável número de municípios, como também um crescente número de prosélitos.”

E que decidiu essa Convenção de Itu? Decidiu organizar o Partido em todos os municípios da província e no fim daquele ano 56 clubes. Decidiu convocar um congresso partidário para o estudo das bases da futura Constituição do Estado de São Paulo. E decidiu organizar a imprensa republicana, e nas suas decisões estava a origem mais remota da fundação da “Província de São Paulo”, hoje o Estado de São Paulo. E o élan da Convenção não se perdeu mais, pois ela foi a escola de liderança e foi o palco que marcou a entrada em cena da história de uma nova geração, os herdeiros da primeira corrente política brasileira e dos herdeiros paulistas da revolta de 1842. Nova geração que daria dois presidentes à República, vários governadores ao Estado, ministros, parlamentares e diplomatas, assim como líderes da educação, da cultura e da economia, formando o grupo que devia alcançar o poder em 1889, consolidar o novo regime e assegurar a hegemonia nacional do Partido Republicano Paulista até 1922 — início do

atual ciclo revolucionário — ou mesmo até 1930. A Convenção de Itu foi essa escola de liderança. Ela formou quadros que comandaram a estratégia política que permitiu ao Brasil — cem anos depois da Inconfidência Mineira — alcançar o regime republicano, baseado no trabalho livre, com que sonharam as nossas primeiras lideranças. Essa a grande projeção histórica da Convenção de Itu, o primeiro congresso político realizado no país, outro aspecto inédito que a consagra na história.

UM PRECEITO

“Quem deve ser levado em conta não é aquele que censura, não é aquele que denuncia os tropeços dos fortes ou as limitações dos beneméritos. O valor pertence ao homem que está de fato na arena, cujo rosto é desfigurado pela poeira, pelo suor e pelo sangue, que luta valentemente, que erra, falha e torna a falhar; que conhece os grandes entusiasmos, as grandes dedicações; que se empenha numa causa justa; que, quando vence, conhece finalmente a vitória das grandes realizações, e, na pior das hipóteses, se fracassa, será enquanto se aventura magnificamente, de modo que seu lugar nunca será daquelas almas ociosas, que não conhecem a vitória nem a derrota.”

ROOSEVELT